

PAULO FAGUNDES VISENTINI

*AUTOR DE A PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL E O
DECLÍNIO DA EUROPA*

AS GRANDES POTÊNCIAS E OS CONFLITOS MUNDIAIS

**ENTENDA QUEM MANDA
NO MUNDO E O PORQUÊ**



ALTA CULT
EDITORA

Rio de Janeiro, 2021

Sumário

Introdução	1	
1. Paz Armada: impérios marítimos e potências desafiantes (1871-1914)	7	
Formação das potências modernas: Estados-nação e Estados-região	7	
Geopolítica: novas potências desafiam a <i>Pax Britannica</i> liberal	16	
Dos diplomatas aos generais: expansão imperial e Paz Armada	25	
2. A Nova Guerra dos Trinta Anos e o colapso da Europa (1914-1945)	39	
A Primeira Guerra Mundial e a Revolução Socialista Russa	39	
Versalhes e a Liga das Nações: uma (des)ordem esquizofrênica	46	
O colapso do sistema internacional e a Segunda Guerra Mundial	56	
3. Guerra Fria, uma tensão controlada pela <i>Pax Americana</i> (1945-1975)	79	
A ordem bipolar americano-soviética e o sistema da ONU	80	
Os Estados pós-coloniais e a formação do Terceiro Mundo	90	
Kissinger e a balança de poder: a aliança sino-americana	105	
4. Fim da <i>détente</i> , guerra quente e colapso do sistema soviético (1975-1991)	115	
As revoluções no sul, a reação norte-americana e a estagnação soviética	116	
A Era das Reformas: neoliberalismo, <i>Perestroika</i> e reformas chinesas	131	
O fim da Guerra Fria, do socialismo europeu e da União Soviética	138	

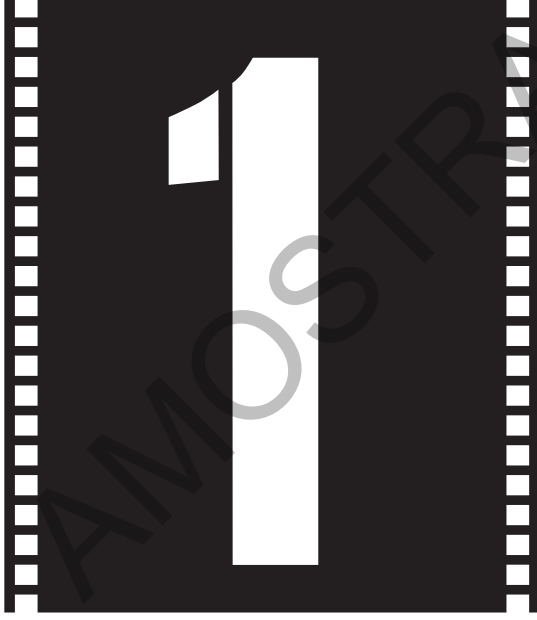
5. A disputa por uma nova ordem para o novo século (1991-2021)	151
Mercados, Guerra ao Terrorismo, ascensão da Ásia e crise de 2008	152
Os eixos do poder mundial e a competição América versus China	180
O terremoto Trump e o meteoro Covid-19: incertezas e perspectivas	194

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	209
----------------------------	-----

Índice	213
--------	-----

AMOSTRA

CAPÍTULO



Paz Armada: impérios marítimos e potências desafiantes (1871-1914)

A *Pax Britannica*, a primeira hegemonia no sistema mundial, durou de 1776 a 1890, quando o Império Alemão partiu para o desafio aberto com a *Weltpolitik* (política mundial), após a demissão de Bismarck. Na década de 1870, as unificações alemã e italiana mudaram o mapa da Europa Central, enquanto a Turquia recuava nos Balcãs. Formaram-se três regiões geopolíticas: a Ocidental, consolidada e liberal; a Central, com novas potências desafiantes; e a Oriental, com antigos impérios plurinacionais e absolutistas. O avanço da Segunda Revolução Industrial levava o desenvolvimento e o nacionalismo ao continente, ao mesmo tempo que o advento de uma sociedade de massas fomentava o movimento socialista e a reação nacionalista. Tudo isso enfraquecia a capacidade inglesa de controlar os sistemas mundial e europeu, levando a Grã-Bretanha a retomar o controle de regiões coloniais na Ásia, na África e na Oceania, em uma corrida imperialista emulada pelas demais potências, atingindo o clímax com a Primeira Guerra Mundial.

Formação das potências modernas: Estados-nação e Estados-região

A formação do sistema mundial e do europeu

A formação do sistema mundial ocorreu a partir da transição do feudalismo ao capitalismo no continente europeu. Os descobrimentos geográficos e as primeiras conquistas coloniais dos

séculos XV e XVI estavam associados ao desenvolvimento de relações monetário-mercantis, e a alteração das rotas e centros de comércio dos mares Mediterrâneo e Báltico para o Atlântico modificou as relações internacionais da Europa. Nesse novo contexto, os países mais próximos a esses novos centros passaram a desempenhar papel principal — Portugal, Espanha, Países Baixos, França e Inglaterra. No século XV, os governantes ibéricos e os banqueiros genoveses uniram-se em uma relação na qual os primeiros, especializados no fornecimento de proteção e na busca de poder político-militar, complementavam e dinamizavam a capacidade genovesa de comércio de mercadorias com base no lucro. A associação ao capital genovês e a adesão ao espírito renascentista permitiram aos ibéricos uma contínua expansão.

Em 1519, o poder do capital genovês era tal que praticamente sustentou a eleição de Carlos V, então Rei da Espanha, ao trono de Imperador do Sacro Império Romano-Germânico. No entanto, as estratégias de acumulação genovesa tenderam a um esgotamento, pois a expansão marítimo-comercial portuguesa passou a suprir a Europa de especiarias asiáticas, e, na sequência, o abastecimento espanhol de prata começou a vir da América. Assim, começou a competir com a prata alemã nos mercados europeus, levando os genoveses a se envolver cada vez mais no financiamento de guerras intermináveis, sem que esses financiamentos fossem pagos.

No plano político, a necessidade de uma unidade estatal era imperativa. O controle da economia pelo Estado carrou maiores recursos para as monarquias, facilitando a consolidação do absolutismo e do comércio. Quanto à política exterior, são os interesses das dinastias e as aspirações da nobreza que cumprem papel preponderante, pois eram Estados dinásticos e não nacionais. Todavia, a ascendente burguesia, interessada na conquista de novos mercados e colônias, passou a exercer uma influência política cada vez maior. Esses interesses estão na origem da maioria das guerras europeias ao longo dos séculos XVI e XVII e aparecem como conteúdo de quase todos os tratados internacionais desse período. O advento da Reforma Religiosa, que estava associada às transformações sociais, econômicas e políticas, rompeu a unidade cristã ocidental, gerando um conjunto de conflitos que se prolongaram por um século e meio. Em decorrência deles, a Alemanha foi arrasada, e a Itália prosseguiu dividida em Cidades-Estado rivais.

O século XVII, apesar de ser marcado pelo domínio marítimo inglês, também se caracterizou pela ascendência continental da França absolutista, que posteriormente se tornaria a principal rival da Inglaterra nos mares. Nesse período, a França absolutista não só se distanciou da Espanha enfraquecida, como também contribuiu para o esfacelamento do Sacro Império Romano-Germânico, esmagado pelos novos centros econômicos da Europa Ocidental.

A fragmentação da Europa Central perdurou até a segunda metade do século XIX, com o Sacro Império perdendo relevância internacional e desintegrando-se em múltiplos pequenos Estados independentes, entre os quais, pouco a pouco, originaram-se duas novas formações políticas: Áustria e Prússia. No Leste da Europa, durante os séculos XVI e XVII, o Estado russo se incorporou à vida internacional de forma cada vez mais ativa, buscando uma saída para o mar no Báltico (sueco) e no Mar Negro (turco). Ao mesmo tempo avançava contra os decadentes canatos mongóis do Volga e se expandia pelo vazio demográfico da Sibéria, até chegar ao Pacífico e ao Alasca, formando um império terrestre gigantesco. Os turcos otomanos dominaram os Balcãs e mantiveram uma aliança com a França católica, contra a dinastia Habsburgo dos espanhóis e austríacos.

No século XVI, como consequência do desenvolvimento do comércio, da ampliação do espaço colonial e das disputas pelas rotas marítimas, o problema da conquista das colônias tornou-se crucial. Os conflitos europeus se intensificaram, associando as rivalidades europeias com as disputas coloniais e tornando as guerras *mundiais*. A luta entre França e Espanha no continente e a rivalidade entre Inglaterra e Espanha pela supremacia dos mares conduziram as relações internacionais da Europa Ocidental. A consequência desses conflitos foi o enfraquecimento da Espanha, cujo poderio declinou diante da rivalidade inglesa e, em particular, devido à luta com os súditos holandeses. Nesse contexto, Inglaterra, França e Países Baixos saíram fortalecidos.

No século XVII, a França aspirava à preponderância na Europa e estabelecia um importante império colonial. Contudo, nesse período se produziu a revolução liberal na Inglaterra, e, entre as grandes potências navais (Inglaterra e Países Baixos), desenvolveu-se a luta pelo domínio dos mares, que culminou com a vitória inglesa. É apenas no século XVIII que França e a Inglaterra tornar-se-iam rivais diretas. No conflito entre as duas potências, a França conservou o posto como primeira potência do continente, ainda que tenha perdido a maior parte das colônias do ultramar durante a Guerra dos Sete Anos (1756-1773). No fim do século XVIII, a Inglaterra se converteu na primeira potência colonial e marítima e se transformou na *oficina do mundo*, fabricando produtos para todos os continentes.

Três grandes fases caracterizaram a dinâmica europeia entre os séculos XVI e XVIII e expressaram as grandes contradições internacionais da época. Em primeiro lugar, deve-se destacar a fase de preponderância espanhola, que abarcou quase todo o século XVI. Foi um período de intensas guerras religiosas em que a Espanha assumiu o papel mais ativo como representante da reação católica e feudal. Ao mesmo tempo foi um período de rivalidade hispano-francesa e hispano-inglesa. A segunda grande fase foi a da preponderância francesa na Europa,

com o ponto culminante na Paz de Westfália, em 1648. Foi também um tempo de rivalidade entre a França e os Países Baixos, da atuação internacional destacada da jovem República das Províncias Unidas e de fortalecimento da Inglaterra, especialmente depois da revolução de 1640. Por fim, a última fase coincide com o século XVIII, quando França e Inglaterra disputaram colônias e a preponderância na política mundial. Foi também um período de êxito do grande e jovem exército russo na luta para encontrar saídas pelos mares Báltico e Negro.

Em um plano mais amplo, também é possível identificar diferentes focos de contradições que ajudam a explicar os grandes antagonismos dos períodos subsequentes. Um primeiro foco de tensões se localizou a oeste da Europa, onde se chocavam os interesses comerciais e coloniais das quatro potências mais avançadas — Espanha, França, Inglaterra e, a partir do século XVII, os Países Baixos. Em segundo lugar, deve-se considerar os conflitos no sudeste da Europa. A Questão do Oriente, que consiste no conflito entre potências europeias e o Império Otomano, nasceu no século XVI e se estabeleceu com toda a força no século XVIII. E, no nordeste da Europa, as grandes, embora fugazes, potências nórdicas mantiveram durante esses séculos uma luta permanente que buscava a supremacia no Báltico. Esses três focos de tensões influenciaram-se mutuamente, conduzindo a diferentes conflitos no cenário europeu.

Contudo, é importante notar que ao longo desse período forjou-se um novo sistema, definido com o término de um dos principais conflitos da época, a Guerra dos Trinta Anos (1618-1648). Com a Paz de Westfália, as relações entre os Estados europeus se transformaram devido ao princípio de que os Estados soberanos compunham um sistema político mundial fundamentado em um direito internacional e no equilíbrio de poder. Cabia ao soberano decidir a religião do Estado, sem pressão supranacional externa, e, com isso, definir seus alinhamentos diplomáticos.

A Revolução Industrial, ainda que tenha sido fruto de uma longa transição, iniciou na segunda metade do século XVIII, originando um novo padrão de organização social, política, econômica e cultural. Esse processo, de grandeza apenas comparável à Revolução Agrícola que marcou o fim do Período Neolítico, foi acompanhado por um vigoroso movimento de ruptura político-ideológica, a Revolução Liberal-Burguesa. A Inglaterra foi a pioneira nesse processo, seguida dos Estados Unidos da América (EUA) e da França. A primazia inglesa propiciou a construção de uma hegemonia internacional que perdurou até fins do século XIX e se transformou, gradativamente, num sistema mundial marítimo liderado pelos anglo-saxões. Por ironia, o ponto de partida da liderança britânica foi, justamente, o momento em que, logo após vencer a Guerra dos Sete Anos, o país perdeu as Treze Colônias Americanas.

Como é possível explicar o início de um ciclo hegemônico a partir de uma derrota? Os colonos norte-americanos triunfaram não sobre a nascente Inglaterra capitalista, mas sobre a declinante Inglaterra mercantilista e senhorial. A *black England* sobrepujava gradativamente a *green England*. Além disso, 1776 foi também o ano da edição de *A Riqueza das Nações*, de Adam Smith, obra clássica do liberalismo econômico. A Revolução Americana, por um lado, e a Revolução Francesa, por outro, contribuíram para a consolidação desse mundo nascente que marca o início da história contemporânea e da hegemonia anglo-saxônica do sistema mundial. Esse corte temporal, aparentemente menos impactante que a queda da Bastilha, apresenta uma dimensão global mais importante em termos de movimento de longa duração, uma vez que a Revolução Francesa, apesar do impacto direto na independência das colônias ibero-americanas, teve uma influência mais duradoura no plano da filosofia política e no âmbito europeu.

A Revolução Francesa e o sistema napoleônico (1789-1815) consolidaram a divisão das relações internacionais em duas esferas, a europeia terrestre e a mundial oceânica, simbolizada pelo bloqueio continental (1806) e institucionalizada no Congresso de Viena (1815). A Grã-Bretanha dominava um império marítimo por meio do livre-comércio e do poder da sua armada de guerra, enquanto a Europa mantinha o conservadorismo antiliberal e o sistema securitário da Santa Aliança e do equilíbrio de poder. França, Prússia, Rússia e Áustria, assim, ficavam confinadas ao continente, com a Grã-Bretanha dominando os circuitos mundiais com uma mão e evitando, com a outra, o surgimento desafiante de potências ou alianças. Uma lógica que prossegue até o Brexit.

Unificações italiana e alemã

A unificação italiana

Assim como os Estados alemães, os italianos se encontravam defasados dos demais países europeus ocidentais quanto ao desenvolvimento histórico. Três concepções distintas buscavam a unificação. Uma, de base carbonária e de caráter democrático-republicano, defendia um Estado unitário e laico. Outra, apoiada pelo papado e pela Áustria, denominada de *neoguelfismo*, preferia uma confederação sob a presidência do Sumo Pontífice e a influência austríaca. A terceira, que viria a ser vencedora, tinha certa influência maçônica e se apoiava na conquista da península pelo Reino do Piemonte, instalando-se uma monarquia constitucional

laica. Mas a unificação era impossível a partir apenas da força dos atores locais, sendo necessárias alianças internas e externas.

Assim, a unidade italiana viria a ocorrer mediante a anexação de toda a península pelo Reino do Piemonte, entre 1850 e 1870, onde se concentrava boa parte da nascente indústria italiana. O rei Vítor Emanuel II (1849-1878), ao assumir o trono do Piemonte-Sardenha, teve no primeiro-ministro Camilo Benso, conde de Cavour, a grande liderança no processo de unificação da Itália, sob a autoridade da Casa de Saboia. O maior problema para o sucesso da unidade italiana, segundo Cavour, era a influência da Áustria na região. Após fortalecer política e economicamente o Reino Sardo-Piemontês, sob a égide do liberalismo, Cavour aproveitou-se com habilidade das circunstâncias diplomáticas europeias para obter apoio de outros países a fim de promover a unificação.

Parecia claro a Cavour que seria fundamental construir uma aliança com uma potência em condições de enfrentar a Áustria. Assim, em 1858, concluiu-se a aliança entre o Piemonte e a França, em Plombières. Na ocasião da entrevista entre Cavour e Napoleão III, foram esboçadas as bases de um futuro acordo e, também, a distribuição dos papéis diplomáticos de cada um. Durante as negociações, Napoleão pediu que lhes fossem cedidas as regiões de Saboia e Nice em troca da conclusão de uma aliança com o rei Vítor Emanuel II. Os líderes declararam de comum acordo a guerra com a Áustria e comprometeram-se em não depor armas enquanto os austríacos não fossem expulsos da Lombardia-Venécia. Pouco tempo depois, Napoleão III recebeu apoio diplomático do czar Alexandre II para derrotar a Áustria.

Iniciado o conflito em 1859, italianos e franceses rapidamente derrotaram os austríacos e conquistaram a Lombardia. Pelo Tratado de Zurique, a região foi entregue ao Piemonte-Sardenha. Entretanto, os italianos logo perderam o apoio francês diante do fato de que a possível unificação italiana significaria a perda de espaços de interesses franceses na região, mais especificamente, os Estados do centro, embora Saboia e Nice tenham sido incorporadas à França. Outro aspecto importante para o recuo do apoio foi a preocupação com os reflexos das vitórias francesas na Alemanha (a Prússia concentrou poderoso exército nas fronteiras com a França) e com a reação dos católicos que protestavam contra o ataque aos Estados da Igreja.

A repercussão do processo de unificação em toda a Itália foi um incômodo aos governos conservadores europeus, pois a derrota austríaca precipitou uma onda revolucionária na península. Os voluntários esquerdistas e nacionalistas liderados por Giuseppe Garibaldi (os “camisas vermelhas”) invadiram e conquistaram o Reino de Nápoles, ou das Duas Sicílias, em apoio aos movimentos aí eclodidos, tomando também o poder nos ducados de Luca, Parma, Modena e Toscana e os Estados papais, exceto o Lácio. Para impedir que a situação escapasse

ao controle, a monarquia piemontesa encampou o movimento revolucionário e, por meio da realização de plebiscitos, anexou essas regiões. Quando em 1861 Vítor Emanuel II foi proclamado Rei da Itália, ainda permaneciam sem solução Veneza, em poder da Áustria, e Roma, em poder do papa, que se encontrava protegido por uma guarnição francesa.

O resto da unificação teve de esperar por momento mais propício. Os garibaldinos estavam frustrados pela entrega de Nice (cidade natal do “herói de dois mundos”) e Saboia, bem como pelo esforço não haver resultado na criação de uma nova Itália republicana, mas na ampliação do Reino do Piemonte. Apenas em 1866, quando a Itália se aliou à Prússia contra a Áustria, e esta foi derrotada por Bismarck, a Veneza foi anexada aos domínios italianos. Finalmente, em 1870, quando Napoleão retirou as tropas francesas em função da guerra franco-prussiana, Roma foi conquistada e transformada na capital do Reino da Itália.

O papado não aceitou a nova situação, pois mantinha o controle apenas sobre o Vaticano, declarando-se prisioneiro do novo Estado italiano. Este, de tendência laica e marcado pela influência maçônica, havia separado a Igreja do Estado, acabando com privilégios milenares. O papa excomungou os novos dirigentes que desencadeavam a industrialização do país e a abolição dos resquícios feudais. A geopolítica da região do mediterrâneo também se alterava significativamente, repercutindo na Europa Central, frente ao enfraquecido Império Austro-Húngaro.

A unificação alemã

Já a unidade alemã foi mais complexa. A tese da *pequena Alemanha* concebia o processo de unificação mediante a anexação (“a ferro e sangue”, segundo Bismarck) pela Prússia, excluindo a Áustria. O projeto da *grande Alemanha* era defendido pelo papa e pela Áustria, ampliando a Confederação Germânica com o ingresso de todo o Império Austro-Húngaro, tornando a influência de Viena dominante, mas incorporando as populações alógenas no virtual Novo Império Alemão. De inspiração católica e agrário-feudal, essa solução tinha pouca viabilidade frente ao projeto de base industrial da militarmente poderosa Prússia. Havia ainda o projeto da burguesia alemã, que achava que a unificação se faria pelo mercado, e o projeto democrático-republicano, que queria transformar o parlamento de Frankfurt no núcleo político do novo país. Ambos os projetos foram inviabilizados pela Revolução de 1848 e seus resultados na Alemanha.

O chanceler prussiano Otto von Bismarck cuidou da preparação diplomático-militar apoiando-se no nacionalismo étnico antifrancês e em uma aliança com a aristocracia Junker

e a burguesia industrial, liderada pelos aristocratas. Ainda que a ideologia da Revolução Francesa tenha sido rejeitada, o Estado prussiano soube copiar as técnicas e a administração, fazendo reformas, modernizando e aparelhando o exército, ampliando a educação (especialmente a técnica) e criando uma poderosa infraestrutura, particularmente ferrovias. Um a um seriam derrotados os países que se interpunham a seu projeto: em 1864, a Dinamarca; em 1866, a Áustria; e, em 1870-1871, a França de Napoleão III. Em todas essas guerras foram também derrotados e subjugados os Estados alemães contrários ao projeto da Prússia. Em janeiro de 1871 foi proclamado o Império Alemão, ou II Reich, governado pelo cáiser Guilherme I.

Assim como no caso italiano, a unidade alemã dependeu do fortalecimento político e econômico de um Estado que defendesse o princípio das nacionalidades. Quem desempenhou esse papel foi o Reino da Prússia, governado pelos Hohenzollern, que, nas décadas de 1850 e 1860, sofreu um notável desenvolvimento do capitalismo industrial, embora politicamente persistisse o poder de uma aristocracia territorial, composta por monarquistas convictos, ultranacionalistas e partidários das soluções de força (Junkers). Bismarck ocupava a posição de primeiro-ministro de Guilherme I acreditando que a unificação alemã só poderia ser conquistada por meio da eliminação da influência política da Áustria, o que, inevitavelmente, implicaria o emprego de força militar.

Apesar de a organização da Confederação Germânica ter afetado o poder prussiano, em detrimento do austríaco, a Prússia foi aos poucos ascendendo a uma posição de prestígio. Cabe recordar a manutenção do Zollverein, criado por iniciativa prussiana e responsável pela crescente integração econômica dos Estados alemães. Ademais, a ampliação e o aperfeiçoamento do poderio militar prussiano contribuíram para que seu Exército se convertesse em uma disciplinada máquina de guerra. Em termos diplomáticos, Bismarck empenhou-se em criar uma imagem negativa da Áustria diante dos Estados confederados e, em 1864, aliou-se a eles na Guerra dos Ducados Dinamarqueses (Schleswig e Holstein).

Em seguida, Bismarck garantiu uma aliança com a Itália (interessada na Venécia) e a neutralidade de Napoleão III durante novo confronto. Na Guerra Austro-Prussiana (1866), o exército prussiano esmagou a Áustria, a qual, pelo Tratado de Praga, saiu da Confederação Germânica. Essa confederação foi, então, dissolvida e substituída pela Confederação da Alemanha do Norte, sob o comando do Rei da Prússia e fortalecida pela anexação de Estados aliados à Áustria. Entretanto, havia ainda dois grandes obstáculos à unificação: externamente, a França e, internamente, os Estados do sul. Napoleão, em troca da neutralidade durante a guerra, passou a exigir compensações territoriais. Baviera, Württemberg, Baden e Hesse-Darmstadt recusavam-se a reconhecer o predomínio prussiano.

Todavia, as exigências francesas que visavam aos territórios germânicos no Reno eram uma séria ameaça aos Estados do sul, que não demoraram em organizar uma aliança militar com a Prússia. A ideia da necessidade de uma “unidade nacional” contra a França foi habilmente explorada por Bismarck. A Guerra Franco-Prussiana (1870-1871) tanto foi decisiva para a unificação alemã, como teve consequências importantes para a França. Os franceses viram cair o Segundo Império, substituído pelo Governo de Defesa Nacional, além da eclosão da Comuna de Paris. Em fevereiro de 1871, em Versalhes, foram discutidas as condições preliminares para a paz. A França perdeu a Alsácia-Lorena e foi obrigada a pagar forte indenização, além de o país permanecer ocupado militarmente.

O II Reich, então estabelecido, constituía uma formação híbrida, com a Prússia luterana permanecendo como um Estado maior dentro do novo Estado, pois manteve suas instituições e tinha, aproximadamente, dois terços do território, da população e da produção. Os Estados católicos mantinham certa autonomia, e o Rei da Prússia passou a ser, também, o Imperador da Alemanha, que formava uma economia unificada. O Império Austro-Húngaro, também comandado por alemães, após uma fase de ressentimento, passou a ser um aliado subordinado de Berlim. O objetivo nunca foi o de reunir todos os alemães em um só Estado, como alegava a narrativa política romantizada. Tratava-se de um projeto da Prússia militarista e luterana, que já controlava a indústria renana, a burocracia e o exército do leste. Externamente, a França derrotada ainda era uma preocupação. O Tratado de Frankfurt, que pôs fim à guerra franco-prussiana, não eliminou a velha hostilidade entre os dois países. Ao contrário, os receios mútuos e a desconfiança conduziram a uma corrida armamentista e ao incremento do militarismo, servindo como suporte não só para os problemas externos como também para a contenção do movimento operário em ambos os países.

Mais do que meros movimentos políticos nacionais, as unificações italiana e alemã marcavam o advento das chamadas Revoluções Burguesas Tardias ou pelo Alto, ou, ainda, “via bismarckiana ao capitalismo”. Tratava-se de revoluções pelo alto, com uma aliança entre o poder econômico e as elites político-militares, como forma de promover a industrialização e o desenvolvimento de tipo capitalista, mantendo o controle, simultaneamente, da classe operária. A via japonesa da Revolução Meiji, ocorrida na mesma época, também se apoiava nesse paradigma, embora a classe operária no Japão ainda não estivesse constituída. Não por acaso, esses países que chegavam mais tarde ao mundo industrial manteriam as bases de regimes autoritários, que emergiriam radicalizados nos anos 1930, constituindo o Eixo.

Geopolítica: novas potências desafiam a *Pax Britannica* liberal

À emergência de potências desafiadoras (1870-1890)

De 1871 a 1890, as relações entre as grandes potências foram dominadas pelo sistema de alianças estruturado por Bismarck e pela corrida rumo a novos territórios coloniais. Nessa fase, embora a Alemanha se apresentasse com potencial econômico e militar suficiente para romper com o equilíbrio de poderes consagrado em 1815, preferiu apostar em uma política mais cautelosa, na qual não se pusesse em risco a unificação e o isolamento do grande rival, a França. A Grã-Bretanha persistia na política de manter-se afastada das disputas de poder na Europa que não afetassem os interesses britânicos. O período inaugurado com a Segunda Revolução Industrial influencia e altera as dinâmicas internacionais, universalizando um novo paradigma científico e tecnológico.

Nesse contexto, as unificações alemã e italiana alteraram o equilíbrio europeu, ao forjar, no centro da Europa, duas novas potências cujo desenvolvimento viria a desestabilizar a balança de poder, na medida em que o II Reich se tornava a potência mais dinâmica no centro e, depois, no conjunto do continente. A nova Revolução Industrial desenvolveu setores como a eletricidade (aplicada a energia, motores e transportes), a química (responsável pelas novas matérias-primas sintéticas) e os motores de explosão, que revolucionaram os transportes e tornaram o petróleo economicamente estratégico (EUA e Rússia eram os maiores produtores). A metalurgia constituiu outra marca da nova industrialização, com aço e novos metais (níquel, alumínio) sendo intensamente utilizados em navios, trens, pontes, construções, armas (inventaram a metralhadora, o submarino e o torpedo) e veículos automotores.

A agricultura, com a utilização de máquinas, fertilizantes químicos e novos cultivos, ampliou a produção mundial de alimentos, contrariando as previsões de Malthus e tornando os Estados Unidos, o Canadá, a Austrália e a Argentina celeiros mundiais. Os sistemas de comunicação e transportes desenvolveram redes em escala planetária, com telefones, telégrafo sem fio, cabos submarinos, ferrovias transcontinentais (transcontinentais na América do Norte, transandina, transiberiana e transeuropeias), canais interoceânicos (Suez e Panamá) e rodovias para automóveis. Adotou-se a produção em série, utilizando-se intensivamente o maquinismo, a racionalização dos métodos de trabalho e a gestão empresarial científica (Taylor,

Fayol e Ford), que em seu conjunto geraram o fordismo, o qual era acompanhado por um vertiginoso processo de concentração de empresas (os trustes e *holdings* norte-americanos e os cartéis alemães) e pelo progressivo domínio do capital financeiro sobre o processo produtivo.

A fusão do capital bancário e industrial produziu formas oligopólicas-monopolistas que visavam a superar a instabilidade dos mercados, bem como a reduzir a concorrência, gerando preços artificiais. A ascensão do capital bancário impôs o padrão-ouro, que estabilizou as finanças mundiais. O comércio internacional, entretanto, tornou-se cada vez mais protecionista (neomercantilismo) devido à crescente concorrência internacional e visando a evitar as crises cíclicas de superprodução típicas do capitalismo (houve uma em 1873). Isso porque o liberalismo vigorava como princípio quando a potência hegemônica não podia ser ameaçada. Na medida em que a competição se tornou ameaçadora para a Inglaterra no centro do sistema, ela começou a reconstruir o império colonial de velho tipo, baseado na dominação direta, e, com isso, o liberalismo era gradualmente abandonado. A dianteira inglesa também se deveu ao fato de o país controlar uma rede de bases e cabeças de ponte nos continentes. O aprofundamento desse processo conduziria ao imperialismo.

Nos novos países industriais, o Estado impulsionava o desenvolvimento não apenas pelas necessidades de controle social interno, mas também para superar o atraso econômico em relação aos países mais industrializados. Aos que necessitavam queimar etapas, o liberalismo não convinha, como argumentou o economista alemão do século XIX Friedrich List, no livro *Sistema Nacional de Economia Política* (1983), popularmente conhecido como *A Economia Nacional*, que inspirou a estratégia aplicada pela industrialização alemã. O protecionismo comercial e a intervenção social e econômica do governo eram considerados indispensáveis para o rápido crescimento econômico, até que fosse atingido um nível suficiente de competitividade.

O Tratado de Frankfurt consagrou simultaneamente a unidade da Alemanha e a elevação desse Estado à categoria de potência dominante no continente, tanto no plano industrial como no militar. O primeiro sistema bismarckiano data de 1872-1873. Deveria ser efêmero e garantir a posição alemã no espectro europeu. Em 1872, Berlim articulou a Liga dos Três Imperadores como uma aliança entre as *potências continentais* — Alemanha, Rússia e Império Austro-Húngaro —, objetivando isolar a França. Paralelamente, Bismarck procurava manter boas relações com Londres, mostrando-se como defensor do *status quo* no continente. Contudo, não era fácil manter dois Estados rivais sob uma mesma aliança. A eclosão da crise balcânica de 1875-1878, opondo Rússia e Áustria, deixava a Alemanha em uma posição delicada. O Congresso de Berlim (1878), no qual Bismarck teve um papel preponderante, conseguiu preservar as relações entre as grandes potências.

Após uma década de relativa calma, a França conquistou a Tunísia em 1881; partindo da Cochinchina, tomou o Tonquim em 1884-1885; e, de 1880 a 1885, juntamente com a Associação Internacional do Congo (patrocinada por Leopoldo II, rei dos belgas), penetrou na África Equatorial. A Grã-Bretanha, a partir de 1882, instalou-se no Egito, em breve, estendendo-se da Birmânia litorânea para o Norte. A Conferência de Berlim (1884-1885) fixou as regras do processo, pois a expansão passou a ser uma necessidade, devendo ser notificada qualquer anexação às potências estrangeiras.

A Alemanha iniciou tardiamente a expansão colonial. Só em abril de 1884 se instalou no Togo, em Camarões, no sudoeste e oeste africanos, depois em certas ilhas do Pacífico. Para Bismarck, o que realmente interessava eram os assuntos europeus. Todavia, não estava alheio ao novo movimento e às pressões internas. Havia a percepção de que no jogo de interesses coloniais seria possível transpor ao espaço africano as inquietações que se mantinham vivas em relação à reorganização territorial da própria Europa no período que se seguiu às unificações. Para Bismarck, a África não interessava, mas, sim, a Europa. Essa perspectiva torna-se aparente nas relações entre a Alemanha e a França. Para afastar os franceses da Alsácia-Lorena, Bismarck estimulou-os com a possibilidade da expansão africana. Há, portanto, no movimento de expansão colonial, a transposição, além-mar, dos hábitos da diplomacia de equilíbrio europeu. Mas há também uma nova contradição: essa expansão criou novas hostilidades e reanimou rivalidades antigas.

Se, por um lado, a expansão colonial solucionava provisoriamente o problema com os franceses, por outro, as pretensões britânicas em relação ao colonialismo tornavam-se um problema. A política exterior da Grã-Bretanha até então primava pelo denominado “esplêndido isolamento”: supunha-se que o país poderia sempre se aproveitar dos conflitos entre as potências continentais para tratar tranquilamente dos assuntos relacionados com as colônias e mercados em todas as partes do mundo. As relações entre a Alemanha e a Grã-Bretanha, na segunda metade dos anos 1880, pautaram-se pela habilidade de seus representantes em explorar as contradições e rivalidades um do outro, evitando um confronto.

Em março de 1888 morreu Guilherme I, e, três meses depois, seu filho Frederico III. Guilherme II subiu ao poder, e logo as divergências entre o novo cáiser e Bismarck levaram o chanceler a pedir a demissão depois de 28 anos de permanência no comando do governo, primeiro da Prússia e, depois, do Império Alemão. Esse fato ocorreu no momento em que Bismarck e o governo russo iniciavam as negociações para renovar o Tratado de Resseguro, vigente até 1890. O novo chanceler, general Caprivi, em consonância com Guilherme II, trazia uma nova concepção para a política exterior do Império: o desenvolvimento industrial e

financeiro impunha a necessidade de expansão do poder alemão em escala mundial. Assim, a *Weltpolitik* (política mundial) substituiria a política europeia conservadora de Bismarck, caracterizando as ambições da Alemanha a partir de 1890. A busca de um *status* de potência marítima por parte da Alemanha viria a agravar o antagonismo com a Inglaterra.

A questão do oriente, a Índia e o sudeste asiático

Até aproximadamente o fim dos anos 60 do século XIX, apenas duas das grandes potências tinham o *status* de potência com projeção colonial — a Rússia e a Grã-Bretanha. Os russos colonizavam por extensão territorialmente contínua, formando um coeso império continental eurasiático, que se estendia do Mar Báltico ao Oceano Pacífico. Já os britânicos detinham possessões além-mar nas Américas (Canadá e Antilhas), na Índia, na Colônia do Cabo (África Austral), Austrália, Nova Zelândia e em outros pequenos espaços no litoral ocidental africano. A França dominava a Argélia desde 1830 e pequenos enclaves na costa da África ocidental. Esse fraco interesse em obter possessões coloniais, até o início dos anos 1870, decorria, em larga medida, do fato de que as colônias não tinham maior utilidade, até então, no processo de expansão do capitalismo industrial.

As potências europeias, particularmente a Inglaterra, optavam por formas de dominação indiretas, explorando a condição de dependência informal e a inserção desses espaços na esfera comercial pela via do livre-cambismo. De qualquer forma, com o desaparecimento do domínio colonial espanhol e português na América, o único império verdadeiramente mundial era o britânico (dado que a Rússia não tinha uma motivação capitalista), e suas bandeiras inauguraram uma nova fase imperialista. Assim, no lugar dos impérios mercantis, até 1870-1880, a Grã-Bretanha apresentava-se como o maior império marítimo colonial.

A ambição pelo controle absoluto de territórios africanos e asiáticos despertou tardiamente, embora algumas regiões tivessem valor estratégico, como o Egito (Canal de Suez) e o Sul da África, devido à posição geopolítica, facilitadora para o estabelecimento de rotas comerciais. Ainda, depois das descobertas de reservas minerais africanas, essa região, além de estratégica, ganhou importância econômica. Todavia, o fim do século XIX viria a ser o período, por excelência, das guerras coloniais. Os conflitos intensificavam-se na medida em que as potências europeias ordenavam operações em qualquer ponto dos outros continentes.

Com exceção dos russos, todas as iniciativas expansionistas demandavam um esforço naval. Embora houvesse campanhas de curta duração, a maioria delas desenrolava-se em condi-

ções difíceis, exigindo tempo e grande esforço de homens e material. O pouco conhecimento das populações das colônias, de suas línguas, de suas culturas e de suas formas de combate implicava problemas complexos. Não há dúvida de que a superioridade técnica e militar dos europeus era esmagadora, mas a necessidade de se adaptarem ao novo meio não garantia sucesso imediato. Foi muito utilizada a cooptação de forças auxiliares entre os povos colonizados, como forma de manter a ordem.

As potências coloniais e o controle da Ásia Meridional

A conquista da Índia pela Grã-Bretanha foi realizada por meio da Companhia das Índias Orientais, sob a proteção do governo britânico. A Índia, diante da importância que assumia no desenvolvimento capitalista britânico, converteu-se em um negócio que transcendeu ao monopólio da Companhia, transformando-se em um espaço de interesse das empresas britânicas. Os colonizadores mantiveram a exploração feudal, os preconceitos do sistema de castas e as diferenças nacionais e religiosas, fatores que auxiliaram no controle do descontentamento popular. Todavia, a modernização que acompanhava os mecanismos de exploração criou uma tensão que levou à eclosão, em 1857-1858, da grande Revolta dos Cipayos, as tropas coloniais indianas. Após reprimir o movimento, o governo inglês aproveitou a oportunidade para dissolver a velha Companhia das Índias Orientais (um resquício mercantilista) e assumir o controle direto da colônia, colocando-a à disposição do conjunto dos empresários britânicos.

A expansão britânica prosseguiu em direção ao sudeste asiático, com a anexação da Birmânia, em 1866, e da Malásia em 1874, controlando a estratégica passagem do Oceano Índico para o Pacífico por meio do porto de Cingapura. A França havia iniciado a conquista da Indochina em 1862, com a anexação da Cochinchina (Saigon e o delta do Rio Mekong), e do Camboja no ano seguinte. Entre 1883 e 1893, o resto do Vietnã e o Laos (uma província tailandesa) foram anexados. No plano geopolítico, a Tailândia (Sião), cercada entre britânicos e franceses, transformou-se em uma espécie de Estado-tampão, logrando, assim, conservar a independência, apesar das perdas territoriais que sofreu. Mais ao sul, os holandeses procederam à conquista da Indonésia (Índias Holandesas), partindo dos antigos enclaves mercantilistas que ainda detinham no arquipélago. O domínio colonial holandês foi estabelecido dentro de certa aliança com a Inglaterra, como se observa pela criação da companhia petrolífera anglo-holandesa Shell, que tinha uma de suas bases mais importantes justamente na Indonésia.